

# PERFIL DOS ALUNOS SURDOS INSERIDOS NO ENSINO SUPERIOR EM CURITIBA

## PROFILE OF DEAF STUDENTS INSERTED IN HIGHER EDUCATION IN CURITIBA

Ana Cristina GUARINELLO<sup>1</sup>

Fernanda Soares ALMEIDA<sup>2</sup>

Marta Rejane FILIETAZ<sup>3</sup>

Ronaldo Quirino da SILVA<sup>4</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho foi analisar o perfil dos surdos universitários, na cidade de Curitiba, durante o ano de 2012. Aplicou-se um questionário semi-aberto com 18 discentes surdos universitários, com idades entre 19 e 43 anos, e que na época do estudo frequentavam o ensino superior na cidade de Curitiba. O questionário foi aplicado individualmente por meio da língua portuguesa na modalidade escrita. Os resultados demonstram que a maioria desses alunos que responderam ao questionário são do sexo masculino e estão cursando administração de empresas. A maioria ingressou no ensino superior por meio do vestibular e todos possuem intérprete neste nível de ensino. Também a maioria afirma apresentar dificuldades no uso da língua portuguesa. Percebeu-se neste estudo que a maioria dos surdos que frequenta o ensino superior enfrenta alguns percalços para acompanhar este nível de ensino, principalmente com relação ao uso da língua portuguesa. Faz-se necessário que esta língua seja melhor trabalhada nas séries iniciais de ensino, para que estes alunos consigam acompanhar o nível superior de maneira mais justa e igualitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoas com surdez. Ensino Superior. Perfil.

**ABSTRACT:** This work aims to analyze deaf university student's profile, which studied in Curitiba/Brazil during the year 2012. A semi open questionnaire was applied to 18 deaf higher education students, ageing between 19 and 43 years old, all of them study in universities located in Curitiba/ Brazil. All of them answered this questionnaire individually in Portuguese written language. Results demonstrate that most of these deaf students were men and they were coursing administration. Most of them get into the university through an exam called vestibular and all of them have an interpreter at this education level university. The majority also presents written language difficulties. This study demonstrates that most deaf students included at college have some difficulties at this education level, specially related with Portuguese written language use. It's important that this language is developed at the initial education levels more effectively, so these students could get at the university in a fair and equitable way.

**KEYWORDS:** People who are deaf. College. Profile.

## INTRODUÇÃO

O número de alunos surdos matriculados no ensino superior vem aumentando significativamente, segundo dados do MEC/INEP relativos ao censo de 2011. De um total de 8.961.724 alunos que se matricularam neste ano no ensino superior brasileiro, 29.033(0,32%) possuíam algum tipo de necessidade educacional especial (NEE), sendo 5.065 (17,44% do total) com deficiência auditiva, 2.067 (7,11%) surdos e 211 (0,72%) com surdo-cegueira (BRASIL, 2011). Esse aumento na demanda e procura por matrículas parece ser a resposta às políticas

<sup>1</sup> Fonoaudióloga. Docente da Graduação em Fonoaudiologia e do Programa de Mestrado e Doutorado em Distúrbios da Comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: ana.guarinello@utp.br

<sup>2</sup> Fonoaudióloga. E-mail: fmoa26@gmail.com

<sup>3</sup> Discente do Programa de Doutorado em Distúrbios da Comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: martafiletaz@hotmail.com

<sup>4</sup> Discente do Programa de Mestrado em Distúrbios da Comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: roncarioa@hotmail.com

públicas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação, especialmente no ensino superior.

Cabe esclarecer, no entanto, que muitas pessoas com surdez apresentam uma condição linguística diferenciada, utilizando majoritariamente a língua de sinais, o que faz com que seu desempenho acadêmico principalmente com relação ao uso da linguagem escrita seja precário.

Para Guarinello et al. (2012), tais dificuldades com a escrita por parte dos surdos são, em geral, consequência de fatores escolares, tais como: o uso ineficiente da língua de sinais e da língua portuguesa na modalidade oral por parte de educadores; a falta de uma língua comum entre professores ouvintes e alunos surdos; o não uso de materiais de escrita significativos no processo de ensino-aprendizagem, dentre outros.

Nessa direção, alguns estudos (LODI, 2006; GUARINELLO et al., 2012) destacam a importância do uso da língua de sinais na aquisição de uma segunda língua pelos surdos, principalmente, na sua forma escrita. Segundo Lacerda (1998), por ser a língua de sinais visogestual, os surdos apresentam, em geral, mais facilidade para adquiri-la. Deste modo, estudos demonstram que quanto mais cedo a criança surda for exposta a esta língua, melhor será seu desempenho linguístico, pois tal língua é capaz de ampliar a possibilidade de apropriação de uma segunda língua (GUARINELLO, 2007).

Cabe, no entanto, destacar que a Língua Brasileira de Sinais Libras só foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira em nível nacional, no ano de 2002, por meio da Lei nº 10.436/02 (BRASIL, 2002). Três anos após o estabelecimento da Lei nº 10.436 foi estabelecido o decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), o qual regulamenta tal Lei, e estabelece que: as instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (BRASIL, 2005).

Tal decreto garante também que os surdos tenham o auxílio de um tradutor/intérprete de Libras durante todos os níveis de ensino. Moreira e Fernandes (2008) esclarecem, no entanto, que vários surdos brasileiros que frequentam o nível superior de ensino não tiveram o acesso a este profissional durante as séries iniciais de ensino e o ensino médio.

Além disso, estudos que discorrem a respeito dos surdos no nível superior de ensino ainda são incipientes (ANSAY, 2009; GRASSI, 2009; FRANCO, 2009; CRUZ; DIAS, 2009; BISOL et al., 2010). Isso se deve ao fato de que apenas recentemente os surdos estão tendo um acesso maior a este nível de ensino.

Cruz e Dias (2009), em seu trabalho a respeito da trajetória escolar dos surdos no ensino superior, pode constatar por meio de seus resultados que o processo de escolarização dos surdos que entrevistou passou por diversas dificuldades, dentre estas foi citado o desconhecimento dos professores a respeito da surdez. As autoras sugerem que os profissionais intérpretes podem ajudar os alunos surdos durante sua formação universitária, por meio de conversas e explicações aos professores destes alunos a respeito das características da surdez, auxiliando na mediação entre o professor e o aluno surdo.

Guarinello et al. (2008), ao entrevistar intérpretes e surdos universitários perceberam que a maioria dos intérpretes de Libras que atuam no ensino superior não consegue conversar com os professores a respeito da temática e do assunto a ser interpretado em sala de aula, fato que dificulta o processo de interpretação. Com relação aos alunos surdos, esse trabalho expõe que muitos surdos demonstram satisfação por poderem contar com o auxílio dos intérpretes, pois conseguiam acompanhar as aulas; porém, por outro lado, os surdos questionaram o fato de só terem a ajuda deste profissional em algumas disciplinas ofertadas.

O estudo de Bisol et al. (2010), a respeito da importância do intérprete na sala de aula, explicita que sua presença em sala de aula é fundamental, mas não suficiente para que o aluno surdo sinta-se incluído. Tal autora, ao entrevistar cinco surdos que frequentavam uma universidade do sul do Brasil, constatou que os surdos entrevistados alegam que a faculdade da qual faziam parte estava preparada apenas para os alunos ouvintes.

Já Ansay (2009), em sua pesquisa de mestrado que descrevia a trajetória educacional de alguns alunos surdos e sua relação com a inclusão no ensino superior, expôs por meio de seus dados que ainda são poucos os alunos surdos que chegam a este nível de ensino. Além disso, a autora descreveu que dos nove alunos que entrevistou, apenas a minoria era usuária da língua de sinais como primeira língua. Em seu estudo, a autora demonstrou também que a maioria dos surdos acredita que sua família teve um papel preponderante para que chegasse a esse nível de ensino. Quanto à questão do ingresso e permanência do surdo em cursos do ensino superior, a autora menciona que a melhor forma de ingresso do surdo na universidade ocorre por meio de bancas especiais e, para que os surdos permaneçam no ensino superior, sugere que as universidades desenvolvam núcleos de apoio, recursos didático-pedagógicos adequados ao perfil de cada aluno surdo e que disponibilizem intérpretes da língua de sinais.

A partir do que foi apresentado até o momento, percebe-se que ainda há muito a se realizar para que os surdos tenham um acesso mais justo e igualitário ao ensino superior, além disso, outro fato que merece destaque é que a cada ano mais alunos surdos vêm tendo acesso a este nível de ensino, portanto, este estudo objetiva conhecer e analisar o perfil dos sujeitos surdos inseridos no ensino superior na cidade de Curitiba.

## MÉTODOS

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba sob o número 8910/11. Todos os participantes após serem informados a respeito do objetivo da pesquisa assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Esta pesquisa está vinculada ao Núcleo de trabalho Surdez, Linguagem e Educação, que faz parte do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Tuiuti do Paraná.

Em um primeiro momento, as pesquisadoras elencaram as comissões de acessibilidade das instituições de ensino superior localizadas na cidade de Curitiba para verificar se havia alunos surdos estudando nestas instituições durante o ano de 2012. Cada comissão forneceu, então, uma lista com os estudantes surdos matriculados na mesma, bem como seus contatos eletrônicos. Em seguida, foi enviado para cada surdo matriculado um *e-mail* que explicava os objetivos da pesquisa e que convidava os estudantes interessados a participar da mesma. Os

estudantes que responderam aos *e-mails* positivamente foram, então, convidados a se encontrar individualmente com a pesquisadora em um local público, ou na própria instituição que estudavam, para responder a um questionário.

Cabe esclarecer que 26 estudantes surdos foram contatados, cinco não responderam ao *e-mail* e três não quiseram responder ao questionário, assim, o corpus final deste estudo é composto por 18 alunos surdos.

Durante os encontros com a pesquisadora, os participantes do estudo responderam a um questionário, na modalidade escrita da língua portuguesa, sem a interferência da pesquisadora. Cabe esclarecer que esta era proficiente em língua de sinais e assim esclareceu o objetivo da pesquisa por meio da Libras para aqueles que eram usuários desta língua, e em língua portuguesa na modalidade oral para os demais. Após esse esclarecimento, cada discente assinou o termo de consentimento livre e esclarecido e a seguir respondeu às perguntas do questionário. Os sujeitos que apresentassem dúvidas com relação ao uso da língua portuguesa podiam solicitar que a aplicadora traduzisse a pergunta para a língua de sinais. Em nenhum momento houve interferência por parte da aplicadora nas respostas apresentadas, sendo que, se mesmo após a tradução da pergunta para a língua de sinais o aluno não soubesse respondê-la deveria deixá-la em branco.

O questionário utilizado era semi estruturado e continha perguntas abertas e fechadas a respeito da trajetória educacional de cada aluno e de seu perfil.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

com relação ao perfil dos 18 sujeitos que responderam ao questionário, percebeu-se que 13 eram do sexo masculino e cinco do sexo feminino. As idades variaram entre 19 e 43 anos, sendo que oito participantes apresentavam idades que estavam entre 19 e 25 anos, cinco sujeitos tinham idades entre 27 e 34 anos; e outros cinco tinham entre 35 e 43 anos.

Dos 18 alunos surdos, oito alunos (44,4%) cursavam o primeiro ano do curso, oito alunos (44,4%) o segundo ano e dois estavam no último ano.

A maioria dos participantes desse estudo, 66,6% (12) moram na cidade de Curitiba e os outros seis sujeitos surdos (33,3%) residem na Região Metropolitana de Curitiba, em cidades como São José dos Pinhais, Pinhais e Araucária.

Quando questionados a respeito da instituição de ensino superior que frequentam, dos 18 alunos que responderam ao questionário, cinco (27,7%) estudam em uma Universidade, 12 (66,6%) frequentam uma Faculdade e um (5,5%) estuda em outra Universidade<sup>5</sup>. De acordo com estes alunos, a escolha da instituição em que estudam baseou-se na tradição da faculdade, nos cursos ofertados e na facilidade de acesso.

Com relação ao curso que escolheram, três estudantes (16,6%) optaram por cursos da área de Ciências Biológicas e de Saúde, sendo que dois deles cursam Educação Física e um cursa Estética; três (16,6%) escolheram cursos da área de Ciências Humanas, Letras e Artes,

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que os surdos que frequentam o curso Letras/Libras na UFPR não foram contemplados, pois se entende que esse é um curso específico para surdos.

dentre estes, dois cursam Pedagogia e um o curso de Tecnólogo em Fotografia; cinco deles, ou seja, 27,7% escolheram cursos da área de Ciências Exatas e Tecnológicas, desses, quatro cursam Análise de Sistemas e um cursa Engenharia Mecânica; e sete, ou seja, 38,8% dos sujeitos da pesquisa cursam Administração de Empresas na área de Ciências Sociais e Aplicadas.

A maioria dos participantes, 94,4% refere que está cursando seu primeiro curso universitário, e apenas um (5,5%) declarou que já havia cursado a Faculdade de Processos Gerenciais.

Com relação à forma de ingresso no ensino superior, a maioria, ou seja, 17 surdos (94,4%) ingressou da forma mais tradicional, por meio do vestibular e apenas um participante (5,5%) ingressou pelo Enem. A pesquisadora Ansay (2009), em seu estudo de mestrado com surdos universitários, concluiu que seria importante que houvesse uma banca especial para o ingresso dos surdos na universidade. Este estudo, no entanto, demonstra que a maioria entrou na universidade via vestibular, porém não tem-se conhecimento se estes alunos passaram por uma banca especial ou não.

Os participantes também foram questionados se são os únicos surdos da família, dos 18 respondentes, 12 (66,6%) são os únicos surdos da família, e seis (33,3%) têm algum outro parente surdo, dentre estes foram citados dois tios surdos, dois pais surdos e duas irmãs surdas. Por meio dessas respostas pode-se notar que mais da metade dos participantes deste estudo são filhos de pais ouvintes.

Tais dados estão de acordo com a literatura que refere que 90 a 95% dos surdos nascem em famílias ouvintes (GUARINELLO, 2007). Porém cabe destacar que muitos dos sujeitos que responderam ao questionário referiram que possuem algum parente surdo, o que não é comum na literatura. Eleweke e Rodda (2000) também afirmam que grande parte das crianças surdas possuem pais ouvintes, e esta diferença em muitos casos faz com que estes pais enfrentem muitas dificuldades para interagir com seus filhos, dificuldades estas que podem afetar seu desenvolvimento, especialmente o linguístico. Esses autores demonstram que muitos filhos surdos que possuem pais ouvintes vivem em um ambiente conflituoso com os pais sentindo-se mais à vontade usando a língua oral e os filhos uma língua gestual. É comum que esses pais desejem a fala de seus filhos e também desejem que os filhos fossem ouvintes, assim desde muito cedo essas crianças vivem um conflito entre o visual e o auditivo.

Quando questionados a respeito do uso do aparelho auditivo, 11 sujeitos (61,1%) referem que usam aparelho auditivo e sete (38,8%) que não usam. Ao justificar o não uso do aparelho, estes discentes responderam que o aparelho incomoda, causa dor de cabeça, faz muito barulho ou não apresenta resultados, já que com ou sem aparelho não conseguem ouvir melhor. Cabe destacar que a maioria dos respondentes afirmou que possui uma perda auditiva de grau profundo o que pode justificar o fato de não usarem aparelhos auditivos, é bastante comum entre surdos usuários da língua de sinais e que possuem perda auditiva profunda a desistência do uso do aparelho auditivo durante a fase adulta.

Guarinello et al. (2013a) explicam que apesar de os aparelhos auditivos minimizarem os impactos nos sujeitos que possuem alguma perda, seu uso não é capaz de restaurar a audição normal, já que eles se destinam a fornecer a maior quantidade de informações acústicas

possíveis, e também não são capazes de modificar o comportamento do usuário, desta forma muitos adultos que possuem perda profunda optam por não utilizar o aparelho auditivo.

Ao serem questionados se fazem uso da língua de sinais, dos 18 entrevistados, a maioria, ou seja, 17 (94,4%) utiliza esta língua e apenas um não o faz. Destes 17, 15 (83,3%) são usuários desde a infância e dois não se lembram quando aprenderam a Libras. Estes dados diferem da pesquisa de Ansay (2009), a qual coletou seus dados em 2007 e demonstrou que 77% dos surdos que estudavam nas universidades de Curitiba, naquele ano, não usavam a língua de sinais, já este estudo revelou que a maioria dos surdos é usuária da língua de sinais. Percebe-se, portanto que passados cinco anos entre as duas pesquisas, que a maioria dos surdos universitários de Curitiba usa a língua de sinais. Tal dado talvez tenha se modificado devido ao decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), que institui, em seu artigo 14, que as instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

Esse dado foi comprovado na pergunta que discorria sobre o acesso aos intérpretes da língua de sinais que estes alunos tiveram durante os ensinamentos fundamental e médio, na qual sete respondentes (38,8%) afirmaram que tiveram auxílio deste profissional em sala de aula, tanto no ensino fundamental quanto médio, quatro (22,2%) só tiveram auxílio de um intérprete no ensino médio e sete (38,8%) afirmam que não tiveram intérpretes. Cabe destacar que a maioria destes alunos surdos teve auxílio de um profissional tradutor intérprete, pelo menos durante o ensino médio, este fato parece evidenciar que o decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005) está começando a apresentar alguns resultados, já que tal decreto descreve, em seu artigo 21, que a partir de um ano de publicação, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

Com relação a ter o auxílio do tradutor intérprete de Libras durante o curso superior, todos os participantes afirmam que têm intérprete em sala de aula, inclusive aquele que refere não ser usuário de Libras, pois esse estuda em uma sala com mais três surdos usuários de Libras.

Tais participantes também responderam a respeito da sua opinião sobre a capacidade do intérprete para traduzir os conteúdos durante as aulas da faculdade, a maioria dos surdos (77,7%) percebe que o intérprete consegue passar os conteúdos transmitidos pelo professor, três (16,6%) explicaram que percebem que às vezes o intérprete não consegue traduzir tudo o que o professor fala e um respondeu que o intérprete não dá conta de traduzir o conteúdo falado pelo professor. A pesquisa de Guarinello et al. (2008), evidencia que muitas vezes os intérpretes neste nível de ensino superior não conseguem traduzir todos os conteúdos das aulas, pois referem que na maioria das vezes não tem acesso prévio ao conteúdo a ser traduzido o que dificulta seu trabalho, principalmente com relação ao uso de palavras e expressões específicas de cada área, as quais muitas vezes o intérprete desconhece. Tais fatos fazem com que durante algumas aulas os intérpretes não consigam traduzir o que foi dito pelo professor ou que os assuntos sejam traduzidos de maneira equivocada.

Quando questionados a respeito da escola que estudaram, oito respondentes (44,4%) estudaram em escola regular e especial ao mesmo tempo, seis (33,3%) estudaram apenas na escola regular e quatro (22,2%) somente em escola especial. No estudo de Ansay (2009) a autora explicou que muitos dos surdos que ela entrevistou criticavam a escola especial revelando que o ensino nesta modalidade de escola é muito fraco e que o uso da oralidade ainda era priorizado em detrimento dos conteúdos acadêmicos.

A pesquisa de Machado (2002), ao analisar a educação especial, revela que em geral esta modalidade de ensino atribui aos seus alunos o caráter de portadores de enfermidades, o que faz com que as ações educativas sejam marcadas por condutas terapêuticas, essencialmente voltadas a fatores orgânicos. Esta modalidade escolar ao fazer isto deixa de trabalhar como escola e parece assumir o papel de clínica normalizadora.

Uma das hipóteses do por que os alunos desta pesquisa tenham em sua maioria frequentado o ensino regular, provavelmente tem a ver com o movimento da inclusão que vem se fortalecendo nos últimos anos.

Além de já usarem a Libras durante os anos de ensino, já que contaram com a ajuda de intérpretes, a maioria destes alunos surdos afirma que aprendeu a Libras durante a infância, mesmo que boa parte seja composta por filhos de pais ouvintes. Assim, uma hipótese é que tenham aprendido tal língua em escolas especiais que possuem instrutores surdos em seus quadros de funcionários, ou com familiares surdos, ou ainda com os próprios intérpretes no ensino regular.

Cabe, no entanto questionar a respeito daqueles surdos respondentes que não tiveram o auxílio de um profissional intérprete durante o ensino fundamental e médio: como será que acompanharam esses níveis de ensino sem a ajuda deste profissional? Como conseguiram apreender os conteúdos acadêmicos para chegar ao nível superior com um bom preparo acadêmico? Afinal, que inclusão é essa, na qual vários alunos usuários da Libras não contaram com o auxílio de um profissional tradutor intérprete durante seu percurso acadêmico?

Com relação à pergunta que discorria sobre como se comunicam socialmente, 14 sujeitos (77,7%) confirmam que usam tanto a Libras quanto a língua portuguesa (oral/escrita), três (16,6%) usam somente a língua de sinais e um utiliza-se de gestos caseiros e do português (oral/escrito). Quando questionados a respeito de como se comunicam em casa, 55,5% dos entrevistados afirmam que utiliza gestos caseiros, leitura labial e português (oral/escrito), cinco (27,7%) discentes utilizam a Libras e a língua portuguesa (oral/escrita) e três (16,6%) usam somente a Libras. A partir dessas duas respostas, percebe-se uma diferença entre os dados, pois na primeira pergunta 77% dos participantes afirmaram que usam a Libras socialmente, no entanto em casa com os familiares apenas 44,4% respondeu que utiliza tal língua. Provavelmente isto se deva ao fato de que a maioria das famílias desses sujeitos é ouvinte e não utiliza a língua de sinais, preferindo usar a língua portuguesa oral para que haja comunicação. Guarinello et al (2013b) afirmam que é comum que as famílias ouvintes usem somente a língua oral para interagir com seus filhos, enquanto a criança surda sente-se mais a vontade com os recursos visuais. Desse modo, em muitas famílias há uma barreira comunicativa entre os filhos e os pais, pois não há uma língua comum entre a família e a criança surda para estabelecer os contatos sociais e assim permitir que a linguagem seja viva e fluente nas interações.

Estes participantes também foram questionados a respeito de se apresentam alguma dificuldade neste nível de ensino, dos 18 respondentes, 10 (55,5%) confirmaram que não apresentam dificuldades e oito (44,4%) explicaram que tem dificuldades para acompanhar as aulas, principalmente devido ao fato de alguns professores darem aulas andando, falando muito rápido ou se movimentando, e também ao fato de o intérprete não conseguir traduzir tudo o que o professor falou.

Tais discentes foram questionados a respeito das dificuldades com a língua portuguesa na modalidade escrita. Dos 18 respondentes, 13 (72,2%) confirmam que têm dificuldades para escrever, e cinco (27,7%) que não tem. Já 14 (77,7%) discentes explicam que possuem dificuldades para ler, principalmente os textos acadêmicos, e apenas quatro (22,2%) responderam lêem sem dificuldades.

Tais dados corroboram com a literatura da área que demonstra que muitos surdos apresentam dificuldades no uso da língua portuguesa escrita, pois em geral, não entendem as funções e o uso social desta língua (GUARINELLO et al., 2012) o que faz com que cheguem ao ensino com uma defasagem no uso e conhecimento da língua portuguesa (GUARINELLO et al., 2014).

Além disso, cabe esclarecer que a escola, em geral, não faz uso de atividades significativas com essa língua o que faz com que muitos surdos não consigam perceber as similaridades e diferenças entre a Língua Portuguesa e a língua de sinais (GUARINELLO et al., 2012; GUARINELLO et al., 2014).

Quando questionados se os professores neste nível de ensino utilizam algum recurso ou avaliação diferenciados para facilitar o entendimento dos alunos surdos, 66,6% dos sujeitos responderam que sim e seis surdos, ou seja, 33,3% confirmaram que não. Assim cabe esclarecer que, mesmo que desde 2005 o decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005) ratifique em suas regulamentações que as instituições federais de ensino devem garantir às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação, percebe-se pelas respostas dadas que alguns professores ainda não mudaram seu jeito de dar aula e não adaptam suas aulas ao alunado que possuem.

Isso talvez ocorra porque alguns professores acreditam que, como o aluno surdo possui o auxílio do intérprete em sala de aula, eles não precisam se adaptar ao aluno. A pesquisa de Cruz e Dias (2009) evidenciou que na opinião dos professores que entrevistou é o intérprete que deve se adaptar para que o aluno surdo entenda e acompanhe os conteúdos desenvolvidos em sala de aula. Como se coubesse ao professor apenas aceitar o intérprete em sala de aula, pois na sua opinião é este profissional que deve dar conta deste aluno surdo.

Quando questionados se além do intérprete os surdos recebiam ajuda de outra pessoa durante seu processo acadêmico, 10 (55,5%) sujeitos responderam que recebem ajuda dos amigos e professores durante as atividades em sala de aula e oito surdos, ou seja, 44,4% responderam que só recebem o auxílio do intérprete durante as aulas.

Por meio das respostas dos questionários aplicados pode-se destacar que ainda tem-se um longo caminho a percorrer até que os surdos sintam-se de fato incluídos em sala de aula e que tenham verdadeiro acesso aos conteúdos acadêmicos. Parece, pelas respostas dadas,



que o ensino nas universidades ainda não é pensado levando em consideração as diferenças e as diversidades presentes em qualquer nível de ensino. Mesmo que já se tenham passado duas décadas de discussão a respeito da inclusão, percebe-se que há muito ainda por fazer. É preciso que os professores se conscientizem a respeito das diferenças e que criem a partir disto relações de parceria com os intérpretes e com os alunos e que aja maior respeito as diferenças e à diversidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo deste trabalho, da análise do perfil dos surdos que frequentam o ensino superior, na cidade de Curitiba, em 2012, pode-se verificar que a maioria dos sujeitos que participaram deste estudo era do sexo masculino, tinha entre 19 aos 25 anos de idade, era usuária de Libras, morava em Curitiba, cursava Administração de Empresas e ingressou no ensino superior por meio do vestibular. Também se percebeu que a maioria é usuária de aparelho auditivo, não possui parentes surdos e estudou em escolas regular e especial. Grande parte dos sujeitos evidenciou a importância de ter auxílio de um intérprete em sala de aula, não possui dificuldades para acompanhar as aulas neste nível de ensino e tem dificuldades para usar a língua portuguesa em sua modalidade escrita.

Os dados coletados demonstram que ainda há um longo caminho a percorrer a fim de que os surdos tenham um acompanhamento acadêmico mais justo e igualitário. Apesar de todos os participantes terem o auxílio de um profissional tradutor intérprete em sala de aula, apenas ter esse profissional não garante a equidade do ensino com relação aos ouvintes. É preciso mais diálogo entre os intérpretes e os professores. Além disso, é preciso que a língua portuguesa seja ensinada de maneira mais efetiva para esses sujeitos ao longo de todo seu percurso acadêmico e que os professores estejam mais preparados para trabalhar com a diversidade comumente encontrada nas salas de aula. Assim, talvez em breve, os sujeitos surdos tenham a possibilidade de participar de práticas sociais mais efetivas que podem melhorar sua qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

- ANSAY, N. M. *A trajetória escolar de surdos e a sua relação com a inclusão no ensino superior*. 2009. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- BISOL, C. A. et al. Estudantes surdos no ensino superior. *Caderno de Pesquisas*, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 147-172, 2010.
- BRASIL. *Lei no 10436*, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2012.
- BRASIL. *Decreto no 5626*, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 27 out. 2012.
- BRASIL. *Censo 2011*. Disponível em: <[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011\\_apresentacao&xpid=CENSOS](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS)>
- CRUZ, J. I. G.; DIAS, T. R. S. Trajetória escolar do surdo no ensino superior: condições e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 15, n. 1, p. 65-80, 2009.

- ELEWEKE, C. J.; RODDA, M. Factors contributing to parents' selection of a communication mode to use with their deaf children. *American Annals of the Deaf*, Washington, v. 145, n. 4, p. 375-383, 2000.
- FRANCO, M. Educação superior bilíngue para surdos: o sentido da política inclusiva como espaço da liberdade: primeiras aproximações. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 15, n. 1, p. 15-30, 2009.
- GRASSI, D. *A inclusão de surdos na universidade: um estudo de caso*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso - Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.
- GUARINELLO, A. C. *O papel do outro na escrita de sujeitos surdos*. São Paulo: Plexus, 2007.
- GUARINELLO, A. C. et al. O intérprete universitário da língua brasileira de sinais na cidade de Curitiba. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 14, n. 1, p. 63-74, 2008.
- GUARINELLO, A. C. et al. Grupo terapêutico fonoaudiológico: português para surdos. In: BERBERIAN, A. P.; SANTANA, A. P. (Org.). *Fonoaudiologia em contextos grupais: referenciais teóricos e práticos*. São Paulo: Plexus, 2012. p. 161-182.
- GUARINELLO, A. C. et al. Análise da percepção de um grupo de idosos a respeito de seu handicap auditivo antes e após o uso do aparelho auditivo. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol*, Rio de Janeiro, v. 16, n 4, p. 739-745, 2013a.
- GUARINELLO, A. C. et al. Reflexões sobre as interações linguísticas entre familiares ouvintes: filhos surdos. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, Curitiba, n. 46, p. 151-168, 2013b.
- GUARINELLO, A. C. et al. A retextualização como prática nas terapias fonoaudiológicas com sujeitos surdos. *CEFAC*, v. 16, n 5, p. 1680-1690, 2014.
- LACERDA, C. B. F. Um pouco de história das diferentes abordagens na educação de surdos. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 19, n. 46, p. 68-80, 1998.
- LODI, A. C. B. Leitura em segunda língua: um estudo com surdos adultos. In: BERBERIAN, A. P.; MORI-DE-ANGELIS, C.; MASSI, G. *Letramento: referenciais para saúde e Educação*. São Paulo: Plexus, 2006. p. 244-273.
- MACHADO, C. P. *A política de integração / inclusão e aprendizagem dos surdos: um olhar do egresso surdo sobre a escola regular*. 2002. 125f. Dissertação (Mestrado em Psicopedagogia) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- MOREIRA, L. C.; FERNANDES, S. *Acesso e permanência de estudantes surdos no ensino superior*. In: SEMINÁRIOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: TRAJETÓRIA DO ESTUDANTE SURDO, 1., 2008, Londrina. *Anais...* Londrina, PR: UEL, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/seminariosurdez/pages/propostas.php>>. Acesso em: 1 jul. 2009.

---

Recebido em 19/04/15

Aprovado em 03/05/15